

Sumário

Introdução	27
------------------	----

EIXO 1

1. CONCEITO DO DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	29
2. CARACTERÍSTICAS DO DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	29
2.1. Juiz de Garantias	29
3. PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL PENAL	30
3.1. Princípio da Presunção de Inocência	31
3.2. Princípio do Contraditório ou da Bilateralidade da Audiência.....	31
3.3. Princípio da Ampla Defesa	31
3.4. Princípio da Igualdade Processual ou da Paridade de Armas.....	31
3.5. Princípio da Imparcialidade do Juiz	31
3.6. Princípio da Publicidade.....	32
3.7. Princípio da Verdade Real	33
3.8. Princípio do Juiz Natural	33
3.9. Princípio do Promotor Natural	34
3.10. Princípio do Favor Rei ou do Favor Réu.....	34
3.11. Princípio do Devido Processo Legal.....	34
3.12. Princípio da Economia Processual	34
3.13. Princípio da não Autoincriminação (<i>Nemo Tenetur se Detegere</i>)...	34
3.14. Princípio da Vedação às Provas Ilícitas	35
3.15. Princípio do Delegado de Polícia Natural	37
4. FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	38
4.1. Espécies	38
5. SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIIS.....	39
5.1. Sistema Inquisitivo.....	39

5.2.	Sistema Acusatório.....	39
5.3.	Sistema Misto.....	40
5.4.	Sistema Adotado pelo Ordenamento Jurídico Brasileiro	40
6.	HISTÓRIA DO PROCESSO PENAL	41
6.1.	História do Código de Processo Penal no Brasil	43
7.	INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL	43
7.1.	Lei Processual Penal no Espaço	44
7.2.	Interpretação do Direito Processual Penal	44
	Referências	45

EIXO 2

8.	DEVIDO PROCESSO LEGAL	47
8.1.	Introdução.....	47
8.2.	Aspecto Histórico.....	47
8.3.	Contraditório e Ampla Defesa	53
8.4.	Princípio do Juiz Natural	53
8.5.	Promotor Natural e Delegado Natural	54
8.6.	Papel da Sociedade Civil no Devido Processo Legal.....	54
8.7.	Devido Processo Legal e a Tecnologia	54
8.8.	Conclusão.....	56
9.	DEVIDA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	57
9.1.	Introdução.....	57
9.2.	Princípio do Delegado de Polícia Natural	60
9.3.	O Papel da Polícia Judiciária na Proteção dos Direitos Humanos.....	62
9.4.	A Processualização da Investigação Criminal.....	62
9.5.	Conclusão.....	63
10.	AUTOMAÇÃO DO PROCESSO PENAL	63
10.1.	Conceito	63
10.2.	Finalidade.....	63
10.3.	Desafios e Considerações Éticas	64
10.4.	Conclusão.....	65
	Referências	65

EIXO 3

11. PERSECUÇÃO PENAL E NOVAS TECNOLOGIAS	67
11.1. Audiências Virtuais.....	73
11.2. Provas Digitais.....	82
Referências	90

EIXO 4

12. JURISDIÇÃO NA INTERNET – A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO PODER JUDICIÁRIO	91
13. 4ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL (REVOLUÇÃO 4.0).....	92
14. CIÊNCIA DE DADOS E JURIMETRIA	93
15. A INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL	94
16. PRINCIPAIS RESOLUÇÕES DO CNJ SOBRE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NO PODER JUDICIÁRIO.....	95
16.1. Resolução CNJ Nº 332/2020: Inteligência Artificial e Direito	95
16.2. Resolução CNJ Nº 325/2020: Estratégia Nacional do Poder Judiciário e ENTIC-JUD	97
16.3. Resolução CNJ Nº 335/2020: PDPJ-BR	98
16.4. Resolução CNJ Nº 337/2020: Videoconferência.....	99
16.5. Resolução CNJ Nº 345/2020: Juízo 100% Digital	103
16.6. Resolução CNJ Nº 354/2020: Cumprimento Digital de Ato Processual.....	104
16.7. Resolução CNJ Nº 358/2020: ODRS e SIREC	105
16.8. Resolução CNJ Nº 372/2021: Balcão Virtual.....	106
16.9. Resolução CNJ Nº 396/2021: Estratégia Nacional de Segurança da Informação e Cibernética	107
17. Inquérito Policial Eletrônico.....	108
Referências Bibliográficas.....	109

EIXO 5

18. INQUÉRITO POLICIAL.....	111
18.1. Conceito de Inquérito Policial.....	111
18.2. Natureza Jurídica do Inquérito Policial.....	112

18.3.	Vícios nos Atos do Inquérito Policial	112
18.4.	Finalidades do Inquérito Policial	113
18.5.	Valor Probatório do Inquérito Policial.....	115
18.6.	Atribuição para a Presidência do Inquérito Policial.....	116
	18.6.1. Polícia administrativa e polícia judiciária.....	116
	18.6.2. Responsável pela condução da investigação criminal	116
	18.6.3. Atribuição em face da natureza da infração	117
	Crimes militares	117
	Crimes de competência da Justiça Federal	117
	Crimes eleitorais.....	118
	Demais infrações penais.....	118
	Atribuições de unidades especializadas em decorrência da natureza da infração.....	118
	18.6.4. Atribuição em face do local da infração penal	119
18.7.	Características do Inquérito Policial	119
	18.7.1. Procedimento escrito	119
	18.7.2. Procedimento sigiloso ou de publicidade mitigada?	120
	18.7.3. Procedimento (in)dispensável.....	122
	18.7.4. Procedimento inquisitivo ou apuratório (ou investigatório)?	124
	18.7.5. Procedimento discricionário	128
	18.7.6. Procedimento oficial.....	129
	18.7.7. Procedimento oficioso ou obrigatório.....	129
	18.7.8. Procedimento indisponível.....	130
	18.7.9. Procedimento temporário.....	130
18.8.	Formas de Instauração do Inquérito Policial	131
	18.8.1. Crimes de ação penal pública incondicionada.....	131
	18.8.2. Crimes de ação penal pública condicionada à representação	133
	18.8.3. Crimes de ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	134
	18.8.4. Crimes de ação penal privada.....	134
18.9.	<i>Notitia Criminis</i>	135
18.10.	Diligências Investigatórias	136
	18.10.1. Preservação do local do crime (Art. 6º, I, do CPP).....	136
	18.10.2. Apreensão de objetos (Art. 6º, II, do CPP)	137
	18.10.3. Colheita de outras provas (Art. 6º, III, do CPP).....	137
	18.10.4. Ouvir o ofendido (Art. 6º, IV, do CPP)	137

18.10.5. Ouvir o indiciado (Art. 6º, V, do CPP).....	138
18.10.6. Reconhecimento de pessoas e coisas (Art. 6º, VI, 1ª parte, do CPP).....	139
18.10.7. Acareação (Art. 6º, VI, 2ª Parte, do CPP)	140
18.10.8. Determinação de exame de corpo de delito e outras perícias (Art. 6º, VII, do CPP).....	140
18.10.9. Identificação do Indiciado (Art. 6º, VIII, CPP).....	140
18.10.10. Averiguação da vida pregressa do indiciado (Art. 6º, IX, do CPP)	142
18.10.11. Colheita de informações sobre filhos (Art. 6º, X, do CPP).....	143
18.10.12. Reprodução simulada dos fatos (Art. 7º do CPP).....	143
18.10.13. Acesso a dados cadastrais (Art. 13-A, CPP e Art. 15 da Lei N.º 12.850/2013)	144
18.10.14. Requisição de dados de localização (Art. 13-B do CPP)	144
18.10.15. Poder de requisição (Art. 2º, § 2º, da Lei N.º 12.830/2013)	145
18.11. Citação de Investigado Integrante das Forças de Segurança Pública e das Forças Armadas (Art. 14-A do CPP)	145
18.12. Incomunicabilidade do Indiciado Preso.....	146
18.13. Indiciamento.....	146
18.13.1. Conceito.....	146
18.13.2. Quem tem atribuição para indiciar?	146
18.13.3. Pressupostos para o indiciamento.....	147
18.13.4. Sujeito passivo do indiciamento	149
18.13.5. Espécies.....	150
18.13.6. Momento	151
18.13.7. Efeitos do indiciamento.....	152
18.13.8. Desindiciamento.....	153
18.14. Conclusão do Inquérito Policial.....	153
18.14.1. Prazo para conclusão do inquérito policial.....	153
18.14.2. Relatório final.....	156
18.14.3. Destinatário do inquérito policial	156
18.14.4. Providências após a remessa do inquérito policial	157
18.15. Arquivamento e Desarquivamento do Inquérito Policial.....	157
18.15.1. Arquivamento implícito	161
18.15.2. Arquivamento indireto	161

18.15.3. Arquivamento de inquérito policial que apura crime de ação penal privada.....	162
19. AÇÃO PENAL	162
19.1. Conceito de Direito de Ação e seu Fundamento Constitucional ...	162
19.2. Natureza Jurídica das Normas que Tratam do Direito de Ação	163
19.3. Características do Direito de Ação	165
19.4. Condições da Ação Penal e Pressupostos Processuais	167
19.4.1. Condições genéricas.....	167
19.4.2. Condições específicas	168
19.4.3. Pressupostos processuais.....	170
19.5. Classificação da Ação Penal.....	170
19.5.1. Espécies de ação penal pública	171
19.5.2. Espécies de ação penal privada.....	173
19.6. Princípios da Ação Penal	174
19.6.1. Princípios da ação penal pública.....	174
19.6.2. Princípios da ação penal privada.....	175
19.7. Exordial Acusatória	176
19.7.1. Denúncia	176
19.7.2. Queixa-Crime	178
19.7.3. Hipóteses de rejeição da denúncia ou da queixa-crime.....	179
19.8. Causas Extintivas de Punibilidade Relacionadas ao Direito de Ação	179
19.8.1. Decadência	180
19.8.2. Renúncia ao direito de queixa	180
19.8.3. Perempção	181
19.8.4. Perdão do ofendido aceito.....	182
19.8.5. Desistência	183
20. AÇÃO CIVIL EX DELICTO	184
20.1. Conceito e Espécies.....	184
20.1.1. Sentença penal condenatória como título executivo (Art. 63 do CPP)	185
20.1.2. Ação de conhecimento para ressarcimento do dano (Art. 64 do CPP)	186
20.2. Legitimidade Ativa.....	187
20.3. Hipóteses de Exclusão da Responsabilidade Civil.....	189
20.4. Prescrição	189
Referências Bibliográficas.....	189

EIXO 6

21.	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	191
22.	MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	191
23.	COMPETÊNCIA	195
24.	QUESTÕES ESPECIAIS.....	199
25.	TEORIA GERAL DAS PROVAS	256
25.1.	Análise da Teoria Geral da Prova – Lei 11.690/08.....	256
25.2.	Princípios Relacionados à Prova Penal	257
25.3.	Fonte de Prova, Meios de Prova, Meios de Obtenção de Prova e Objeto de Prova.....	264
25.4.	Destinatário da Prova.....	266
	Cláusula de reserva de jurisdição.....	267
25.5.	Classificação das Provas.....	268
25.6.	Sistemas de Avaliação ou Valoração da Prova.....	271
25.7.	Ônus da Prova	274
25.8.	Iniciativa Probatória do Juiz	276
25.9.	Etapas da Produção de Prova	276
25.10.	Prova Ilegal/Prova Proibida.....	278
	Teoria das nulidades	280
	Teorias sobre a utilização das provas ilícitas	280
	Limitações ou Exceções da Prova Ilícita por Derivação	281
26.	PROVAS EM ESPÉCIE.....	287
26.1.	Prova Pericial.....	287
26.2.	Exame de Corpo de Delito e Outras Perícias	287
	Contradição de peritos não oficiais.....	288
26.3.	Cadeia de Custódia	288
26.4.	Outras Perícias	292
26.5.	Interrogatório Judicial	293
26.6.	Confissão do Acusado	301
26.7.	Delação Premiada	302
26.8.	Inquirição do Ofendido (Art. 201)	304
26.9.	Prova Testemunhal	304
26.10.	Reconhecimento de Pessoas e Coisas (Arts. 226 a 228).....	307
26.11.	Acareação (Arts. 229 e 230).....	308
26.12.	Prova Documental	309

26.13. Indícios.....	310
26.14. Busca e Apreensão	311
27. INCIDENTES PROCESSUAIS/QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	315
27.1. Questões Prejudiciais.....	315
27.2. Classificação das Questões Prejudiciais	315
27.3. Exceções (Arts. 95 a 111, CPP)	316
27.4. Limites Objetivos e Subjetivos da Coisa Julgada	325
Observações Finais	326
Referências Bibliográficas.....	327

EIXO 7

28. DO JUIZ, DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DO ACUSADO E DEFENSOR, DOS ASSISTENTES E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA	329
28.1. Do Juiz.....	329
28.2. Do Ministério Público.....	332
28.3. Do Acusado e seu Defensor.....	333
28.4. Do Assistente de Acusação	335
28.5. Dos Auxiliares da Justiça.....	337
29. DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA.....	338
29.1. Da Prisão em Flagrante Delito	338
29.2. Da Prisão Preventiva	345
29.3. Prisão Temporária.....	355
29.4. Das Medidas Cautelares Diversas da Prisão.....	357
Referências Bibliográficas.....	364

EIXO 8

30. DAS CITAÇÕES E INTIMAÇÕES.....	365
30.1. Espécie de Citação	366
30.1.1. Citação pessoal	366
30.1.2 Citação presumida.....	368
31. DAS INTIMAÇÕES.....	369
32. Da Sentença.....	370

32.1.	Atos Jurisdicionais	370
32.2.	Despachos de Mero Expediente	371
32.3.	Decisões Interlocutórias.....	371
32.4.	Decisões Definitivas	371
32.5.	Sentença.....	372
32.5.1.	Estrutura da sentença	372
32.5.2.	Classificação quanto aos efeitos das sentenças.....	374
32.5.3.	Classificação da sentença	374
32.6.	Sentença Penal Absolutória	376
32.6.1.	Classificação das sentenças absolutórias: própria, imprópria e sumária	376
32.6.2.	Causas de absolvição.....	377
32.6.3.	Efeitos da sentença absolutória.....	379
32.7.	Sentença Penal Condenatória.....	379
32.7.1.	Efeitos decorrentes da sentença penal condenatória	383
32.7.2.	Efeitos penais	383
32.7.3.	Efeitos extrapenais.....	385
32.8.	Intimação da Sentença	389
32.9.	Princípio da Correlação entre o Pedido e o Objeto da Decisão no Processo Penal: <i>Emendatio Libelli e a Mutatio Libelli</i>	391
32.9.1.	<i>Emendatio Libelli</i>	391
32.9.2.	<i>Mutatio Libelli</i>	392
33.	PROCESSO E PROCEDIMENTOS.....	395
33.1.	Conceito	395
33.2.	Classificação do Procedimento	396
33.3.	Procedimento Comum Ordinário (Arts. 395 a 405 do CPP).....	397
33.4.	Procedimento Comum Sumário (Arts. 531 a 538 do CPP)	401
33.5.	Procedimento Comum Sumaríssimo (Lei Nº 9.099/95).....	402
33.5.1.	Competência do juizado especial criminal	404
33.5.2.	Fases do procedimento sumaríssimo.....	404
34.	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	406
34.1.	Procedimento do Júri	407
34.2.	Crimes Praticados por Servidores Públicos Contra a Administração em Geral	411
34.3.	Crimes Contra a Honra.....	412
34.4.	Crimes Falimentares.....	413
34.5.	Crimes Contra a Propriedade Imaterial.....	414

34.6.	Crimes Praticados no Âmbito da Lei Maria da Penha – Lei Nº. 11.340/06.....	416
34.7.	Crimes Praticados por Organizações Criminosas.....	420
34.8.	Crimes da Lei de Drogas.....	421
34.9.	Crimes de Competência Originária dos Tribunais Superiores.....	422
34.10.	Crimes Contra a Economia Popular	423
34.11.	Procedimento para Restauração de Autos Extraviados – Arts. 541/548 CPP	424
	Referências Bibliográficas.....	424

EIXO 9

35.	DAS NULIDADES	427
35.1.	Nulidade Relativa	428
35.2.	Nulidade Absoluta	429
35.3.	Irregularidades	431
36.	Dos Recursos em Geral	431
36.1.	Dos Princípios Recursais	432
36.1.1.	Princípio do duplo grau de jurisdição	432
36.1.2.	Princípio da “reformatio in mellius”	433
36.1.3.	Princípio da voluntariedade.....	433
36.1.4.	Princípio da disponibilidade.....	434
36.1.5.	Princípio da taxatividade.....	434
36.1.6.	Princípio da unirecorribilidade	434
36.1.7.	Princípio da fungibilidade ou recurso indiferente.....	434
36.1.8.	Princípio da <i>non reformatio in pejus</i> direta ou indireta	434
36.1.9.	Princípio da complementariedade	435
36.1.10.	Princípio da suplementariedade.....	435
36.2.	Pressupostos de Admissibilidade	435
36.2.1.	Pressupostos Objetivos	435
36.2.2.	Pressupostos Subjetivos	436
36.3.	Dos Efeitos Recursais	436
37.	DOS RECURSOS EM ESPÉCIE.....	437
37.1.	Recurso em Sentido Estrito	437
37.2.	Apelação	440
37.3.	Embargos de Declaração.....	442
37.4.	Embargos Infringentes e de Nulidade	443

37.5. Agravo em Execução	444
37.6. Revisão Criminal.....	445
37.7. Mandado de Segurança Criminal.....	446
37.8. <i>Habeas Corpus</i>	447
37.9. Carta Testemunhável.....	448
37.10. Apelação no Juizado Especial Criminal.....	449
37.11. Recurso Extraordinário.....	450
37.12. Recurso Especial	451
37.13. Recurso Ordinário Constitucional	451
37.14. Reclamação Constitucional	451
37.15. Agravo Criminal	452
37.16. Embargos de Divergência	452
37.17. Agravo Regimental	452
37.18. Correição Parcial.....	453
38. SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	453
39. SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	456
40. RESUMO DOS RECURSOS.....	457
Referências Bibliográficas.....	458